Rede de Educadores como Processo Formativo Instituinte de Educação Ambiental Crítica

Mauro Guimarães¹

RESUMO

REDE DE EDUCADORES COMO PROCESSO FORMATIVO INSTITUINTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA. Esse artigo procura refletir sobre a experiência instituinte de formação de rede de educadores ambientais, como forma de consolidar a perspectiva crítica da educação ambiental na escola e na sociedade.

Palavras-chave: redes sociais; educação ambiental; práxis pedagógica.

RESUMEN

Este artículo busca reflexionar sobre la experiencia instituyente de formación de la red de educadores ambientales, como una forma de consolidar la perspectiva crítica de la educación ambiental en la escuela y la sociedad.

Palabras clave: redes sociales; educación ambiental; la praxis pedagógica.

INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, a evolução do ser humano em seu processo de ensino-aprendizagem, como ser histórico social, materializa-se na relação entre o que e como se ensina, e o que e como se aprende. Tradicionalmente no imaginário atual da sociedade, a figura do educador associa-se a de quem ensina em uma condição de superioridade pelo fato de ser possuidor de maior bagagem de conhecimento, devendo nesta ótica se destacar como figura ativa e precursora desse processo em relação àqueles a quem pretende instruir. Assume-se como ativo na transmissão do conhecimento como ensino; porém, nessa condição, passivo quanto à aprendizagem do educando, que compete a este. Nessa perspectiva, ensino-aprendizagem é um processo dicotomizado, inserido no paradigma disjuntivo (MORIN,1999). Portanto, é um processo em seu caráter educativo empobrecido e empobrecedor da dimensão criativa, emancipatória e transformadora das relações dialógicas.

¹Professor pesquisador do quadro permanente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é Coordenador do GT 22 de Educação Ambiental na ANPED. Atuação na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental. Autor de livros e artigos na área.

Passamos por diversos estágios em nossa história. Houve inúmeros modos de “transmitir conhecimentos”, entendidos como forma de ensino e aprendizagem nas mais variadas correntes educacionais, mas tendo como tendência dominante a verticalização desse processo formativo de um (educador) para o outro (educando).

O método predominantemente utilizado na educação, de geração a geração, foi o da transmissão do conhecimento. Hoje, em plena crise desse paradigma da Educação e com as demandas das novas tecnologias em seu dinamismo, faz-se necessário um aperfeiçoamento constante para quebrar barreiras e romper distâncias, no sentido de utilizar métodos e técnicas para exercer com competência a missão de se adequar à realidade contemporânea fluida e complexa.

Nessa condição se fazem necessárias ações compartilhadas, mesmo que acondicionadas pela cooptação da lógica hegemônica. Nesse sentido, veem emergindo a figura do educador como um facilitador, que atua na perspectiva da mediação do processo de ensino-aprendizagem em ambientes mais complexos e sistêmicos; como vem se dando, mesmo quando em uma perspectiva conservadora, a educação a distância. Isso agrega aspectos diferenciados ao processo educativo, mesmo quando ainda conservador, mas que pode romper em certo grau com a verticalização do processo formativo tradicional. Esses aspectos possibilitam um novo fazer, que pode abrir brechas para a construção de um ambiente educativo, constituído em um processo interativo numa perspectiva de horizontalidade das inter-relações entre quem ensina e aprende, assim como quem aprende também ensina, numa relação mais dialógica, não dicotomizada.

Diante de todo esse processo histórico pelo qual passamos, surge no mundo atual a tecnologia da comunicação virtual. Com isso vieram os grupos de discussão na internet, a formação das redes virtuais, contribuindo significativamente na difusão de saberes e conhecimentos, cumprindo assim uma nova situação nos processos de formação. Vislumbram-se aqui possibilidades de uma outra forma de construção de conhecimento e processos educativos, que podem se beneficiar desse contexto das novas tecnologias de comunicação, desde que apropriadas criticamente.

Na história da Educação, tivemos as mais variadas correntes e linhas de pensamentos que se contextualizam nos embates de seus tempos. Os novos acontecimentos da história e seu contexto de crise paradigmática geraram novas formas organizativas do processo comunicativo, uma delas são as Redes Sociais, com os mais diversos conceitos que foram sendo formulados por vários autores a partir de símbolos, tais como rede, teia e árvore, que nos levam a inter-relações, associações, trocas, vínculos não hierárquicos, envolvendo relações de comunicação e/ou intercâmbio de informação e conhecimentos, que mesmo sem uma explícita intencionalidade carregam potencialmente a possibilidade formativa.

A ideia mais simples do que é uma Rede associa-se à trama de ligações entre os “nós”, que interligam fluxos de informação e relações equidistantes de comunicação, que numa perspectiva dialógica podem se constituir como um espaço formativo.

“Redes de comunicação consiste de indivíduos interconectados que são ligados por fluxos modelados de informação. Esse compartilhamento de informação ao longo do tempo leva os indivíduos a convergir ou a divergir uns dos outros em seu entendimento mútuo da realidade. (...) Uma interação de um indivíduo com o seu ambiente é mediada por informação, boa parte dela referente não à realidade física, mas a outros conjuntos de informação. Um acordo e entendimento mútuo adequado sobre a informação simbólica que é criada e compartilhada é um pré-requisito para qualquer atividade social e coletiva”. (ROGERS & KINCAID apud Lopes, 1996)

Esse conjunto de fatores que une e diverge faz com que aconteça uma interação com o meio do outro, por intermédio não somente do conjunto de informações, mas propiciado pelo resultado dessas informações vivenciadas, desenvolvimento de ações em conjunto e principalmente os encontros presenciais, que tudo junto é formação. Isto é o que entendemos da possibilidade da Rede, constituindo-se como estrutura organizativa de movimento. A nosso ver, não é um “novo” tipo de movimento social como alguns querem crer. Rede, portanto, como estrutura organizativa é a ramificação que pode unir os nós e nos direcionar para um fortalecimento num movimento conjunto virtual, que deve reforçar, como objetivo maior, o fazer junto, que certamente se fragiliza se não perpassar pelos momentos dos encontros presenciais, fundamentais para a retroalimentação e fortalecimento de uma Rede que se pretenda constituinte e organizativa de movimentos sociais.

Para Souza (2006), participar de uma Rede “significa mais do que apenas trocar informações isoladamente. Estar em Rede é realizar conjuntamente ações que construam conhecimentos e transformem os seus participantes, contribuindo para que objetivos em comum sejam atingidos.”

Fazer parte de uma Rede não significa deixar de lado sua independência relativa. Ao contrário, uma Rede requer participantes independentes, automotivados, não limitados por hierarquias. Cada participante possui talentos únicos, diferentes e valiosos para contribuir com o grupo e para exercer sua criatividade é preciso independência. É o equilíbrio entre a independência de cada participante e a interdependência cooperativa do grupo que dá força e impulso a uma Rede. A vivência disso é educativa.

Para isso é necessário que o grupo tenha identidade como um propósito unificador, pois este é o espírito de uma Rede. E este propósito deve ser buscado continuamente, para que não se perca o objetivo central de sua organização. Nos estudos que realizamos em nosso grupo de pesquisa², apontamos a potencialidade das Redes de Educadores Ambientais como estratégia organizativa de uma prática social diferenciada; portanto, com um caráter educativo transformador intrínseco. Tais aspectos se afinam ao referencial teórico que balizam a Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, em que acreditamos fundamental em tempos de grave crise socioambiental

Rede como espaço de participação

Dentro de uma perspectiva crítica, defendemos que a Rede é uma grande possibilidade de se construir um novo cenário, uma nova configuração do processo de constituição da realidade socioambiental, a partir de uma ocupação de um espaço que vem sendo gerado na dinâmica social. Entendemos, então, Rede como um espaço produzido na complexidade interativa do que é subjetivo e objetivo, concreto e virtual. Não um espaço físico, mas um espaço produzido pela participação de pessoas e instituições que acreditam que haja necessidade, nesta conjuntura de mundo globalizado, de espaços de manifestação das diversas posições presentes, que são estruturantes da realidade socioambiental.

A Rede como espaço de participação permite, ao mesmo tempo, comunicar, manifestando as diferentes posições, articular posições que encontram identidades ideológicas, desvelar conflitos entre diferentes posições. Isso representa um grande avanço, pois nesse sentido a Rede possibilita, como um espaço de participação, trabalhar com a perspectiva da ampliação do espaço público na nossa sociedade. Perspectiva, a nosso ver, que se encontra em um movimento contra hegemônico da tendência dominante de redução do espaço público, em que pessoas cada vez mais se individualizam, se encapsulam, se desconectam do “debate” mais político e público. Portanto, a Rede pode se apresentar como possibilidade de construção de um espaço constituído por aqueles que acreditam na importância do exercício da democracia participativa, das experiências relacionais, contemplando posições contrárias, inclusive não devendo ser um locus apenas da parte que acredita nesta importância. Como espaço público, é um espaço aberto a todo tipo de manifestação, o que em si já contribui com a transformação da realidade, pois a ampliação desse espaço se coloca numa perspectiva contra hegemônica, capaz de no embate gerar em sua síntese a constituição de uma nova realidade socioambiental. Isso permite, em um espaço diverso como esse,

2 Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS), vinculado ao Programa de Mestrado em Educação (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

o desvelamento dos conflitos presentes na sociedade. Entendemos os conflitos como estruturantes da realidade socioambiental; que a nossa sociedade tende a velar os conflitos colocando como algo a margem da constituição da realidade e, ainda, que esse modelo de sociedade estrutura uma racionalidade hegemônica positivista e instrumental de trabalhar encima da ordem, do consenso, da homogeneidade. Sendo assim, permitir o conflito surgir, potencializar o diverso, isso em si já é extremamente válido como manifestação do contra hegemônico.

Nas Redes, a comunicação e debate de ideias contribuem para a construção de novos conhecimentos e saberes, em que a articulação de forças, construindo identidades, potencializa a participação política e gera as possibilidades desestruturantes do desvelamento de conflitos como práxis. Tudo isso faz deste espaço de participação algo inovador e com grandes possibilidades para os movimentos sociais que se colocam nessa postura contra hegemônica. Garantir a permanência desse espaço horizontal, aberto, diverso e plural é atribuição de quem se coloca nesta postura de querer uma nova realidade, um novo mundo. É fazer desse espaço de participação um espaço de articulação política daqueles que pensam na mesma direção, que ganha força e se coloca numa perspectiva contra hegemônica de enfrentamento, gerando nesse embate a possibilidade de transformação da realidade. Assumimos assim a concepção de embate hegemônico presente nas obras de Gramsci, em que a transformação da realidade se dá na perspectiva dialética de enfrentamento de posições que se contrapõe e que nesse enfrentamento, nessa correlação, gera-se uma síntese criadora de uma nova situação.

Essa é uma visão de Rede que não está consolidada. Percebemos que há uma compreensão muito presente de Rede como uma entidade representativa de um movimento social, que tem posições e identidade específicas e particulares. Isso não significa que sua criação e a manutenção de uma Rede, na concepção de um espaço de participação, não sejam esforços representados tendencialmente por quem tem identidade com a perspectiva contra hegemônica. De fato isso deve ser uma posição política ideológica de quem acredita nesta concepção, já que quem não se identifica com essa perspectiva contra hegemônica, tende a não ter comprometimento com a pluralidade e sim com o pensamento único dominante.

O que nos parece é que a compreensão que prevalece é a de que uma Rede de Educação Ambiental representa a posição da Educação Ambiental (EA) e seus Educadores perante a sociedade, como se houvesse uma única perspectiva de EA, assim como um único posicionamento ideológico de seus Educadores. E se assim fosse, essa compreensão de Rede estaria muito referenciada pelo paradigma da disjunção (MORIN, 1999), de uma visão focada na parte, fragmentada e superficial; referências que, em uma perspectiva crítica de EA,

queremos nos contrapor. Vivenciar a Rede desta forma é reproduzirmos esse paradigma, é fazermos a Rede para uma parte. É cairmos na “armadilha paradigmática” (GUIMARÃES, 2004), que é usarmos a mesma forma dominante de pensar para tentar fazer diferente.

Na concepção que aqui defendemos, a Rede é aberta a todas as compreensões de sociedade e de Educação Ambiental, até para que justamente conflitos surjam ali. Se possuímos uma posição e neste espaço de participação identificamos coletivos do qual temos afinidades e identidade ideológica sobre uma determinada concepção de mundo e Educação Ambiental, essa posição pode e deve ser defendida no espaço da Rede, na perspectiva do embate.

Acreditamos inclusive que se constitui como um novo espaço (público e que não é único na sociedade) de atuação para a defesa dessa posição. Mas não é a Rede que defende essa posição. É esse coletivo participante da Rede que pode inclusive, organizado como forma de movimento representativo dessa posição, usar do espaço da Rede como um espaço de participação, de articulação e embate de sua posição política, ideológica para a consolidação de uma visão de mundo que se está querendo construir. Essa articulação e participação é poder exercer a resistência, é realizar um contraponto, é um exercício de cidadania individual e coletiva. Essa seria a perspectiva da Rede como espaço de participação, como forma de ação política e de ampliação do espaço público, que, assim sendo, constitui-se num espaço formativo para todos os seus participantes.

Rede como ambiente educativo

Um espaço que desvela os conflitos revelando as relações de poder, que forma o participante para seu posicionamento diante do embate, assim como também potencializa o debate, a reflexão, a participação, a articulação política e o exercício de cidadania. É um espaço que, assumido no seu caráter formativo, constitui-se como um ambiente educativo. Ambiente propício inclusive para o desvelar de práticas ingênuas de educadores, que, apesar de bem intencionados, porém presos a armadilha paradigmática, reforçam uma perspectiva conservadora de Educação Ambiental.

O ambiente educativo em Guimarães (2004) “não é o espaço físico, ele se constitui nas relações que se estabelecem no cotidiano dos indivíduos e instituições, entre eles e a comunidade, entre comunidade e sociedade, entre seus atores nos embates ideológicos por hegemonia, aderindo ao movimento da realidade socioambiental. Portanto, se constitui no movimento complexo das relações, na relação do um com o outro, do um com o mundo; a educação se dá na relação”. Tudo isso, como um processo convivencial.

A Rede como espaço vivencial de relações, na perspectiva de um espaço de participação, pode se consolidar como um ambiente propício para o exercício de ruptura da “armadilha paradigmática”, em que o resultado desta armadilha é a reprodução nas ações educativas dos paradigmas constituintes da sociedade moderna. Como já desenvolvido em trabalhos anteriores (2004 e 2006 a e b), a armadilha paradigmática é a limitação na compreensão do mundo complexo por apoiar-se no paradigma da disjunção, da simplificação. Isso provoca uma incapacidade discursiva para lidar com a complexidade das questões socioambientais. De forma recíproca, a incapacidade de dizer a complexidade do mundo mantém uma compreensão limitada sobre ele. Limitados por uma compreensão de mundo que espelha a racionalidade hegemônica, isso tende a gerar práticas incapazes de fazer diferente do “caminho único” prescrito por essa racionalidade, mantendo a hegemonia. As práticas resultantes desta armadilha paradigmática, por não ser consciente, tendem a não saber fazer diferente e reproduzir o fazer pedagógico da Educação tradicional, sufocando a perspectiva crítica e criativa do processo educativo. Desta forma, reproduz-se predominantemente uma Educação Ambiental de caráter conservador.

A armadilha paradigmática tende a produzir práticas pouco críticas, por não estar contido nessas práticas um questionamento sobre elas e a problematização da realidade vivida, o que as torna um fazer inconsciente. Isso dicotomiza reflexão e ação, o que reforça as visões fragmentadas, dualistas e dicotômicas de mundo presente no paradigma da disjunção da sociedade moderna, naturalizando assim a separação entre refletir e agir. Daí a importância da práxis para a ruptura desta armadilha. Práxis como reflexão e ação, teoria e prática realizando-se reciprocamente. É refletir a ação e agir refletindo, é romper com o “agir no automático”. É tornar uma prática inconsciente, e, portanto reprodutora do que está aí, em uma prática consciente capaz de optar pelo caminho que pretende construir; é constituir-se como sujeito de sua história. Este é o objetivo de uma Educação Ambiental emancipatória, crítica e transformadora. A Rede é um meio que propicia a reflexão pelo desvelamento dos embates, a problematização da realidade pelo debate de ideias, permitindo assim uma percepção mais complexa e menos homogênea da realidade e, ao mesmo tempo, permite a participação, não só no debate no campo das ideias, mas também para a articulação política e o exercício da cidadania.

Desta forma, nós educadores ao assumirmos este espaço como um ambiente educativo, teremos um grande ganho ao estimularmos que o processo formativo passe pela vivência de Redes. Mas não em uma perspectiva individual, apenas como sujeito de sua história, mas como sujeito da história, que tenha capacidade de contribuir na construção do devir, pois sabemos que a ação da parte (ação individual) na perspectiva disjuntiva provoca um fenômeno, mas reduzido e pouco significativo para a transformação do todo. A realidade social não é constituída pelo somatório da realidade de cada indivíduo, como se os indivíduos e suas realidades fossem autônomos do

contexto social. Há uma relação entre todo e a parte, numa influência recíproca e simultânea. Disso resulta a importância do processo educativo aderir aos movimentos instituintes da realidade socioambiental em seus embates, posicionando-se na perspectiva contra hegemônica de resistir para transformar. No entanto, resistir individualmente contra as forças dominantes do sistema é algo difícil e que gera transformações pouco significativas na realidade socioambiental.

A perspectiva hegemônica tem em sua racionalidade instrumental uma predeterminação do futuro, que reproduz as relações de poder estruturantes da realidade presente. Temos na Educação Ambiental crítica o objetivo de contribuir na construção histórica de um devir, que transforma a realidade presente para além do caminho único predeterminado pelas forças dominantes. As Redes podem ser um ambiente adequado para a práxis, pois promove uma reflexão desveladora e uma prática diferenciada não condicionada pelos referenciais dominantes, em que seu fazer político pedagógico exerce plenamente a dimensão política do processo formativo de uma Educação Ambiental crítica. Assumir a postura crítica de agente de transformação da realidade socioambiental, é estar consciente da necessidade da ação conjunta, das conectividades, de uma relação cuidadosa, amorosa com o outro, da dimensão política do exercício da cidadania coletiva, pois individualmente pouco podemos diante da poderosa força hegemônica.

Para que possamos resistir e nos colocarmos em uma perspectiva de buscar uma síntese dialética que represente uma nova configuração da realidade socioambiental, acreditamos na possibilidade da força geradora de sinergia do “movimento coletivo conjunto” Guimarães (2004). Pode ficar parecendo redundante “coletivo conjunto”, mas tem-se com isso a intenção de reforçar a ideia de que não se constitui simplesmente de um movimento que agrupa forças individualizadas de forma aditiva, o que Guimarães (2004) vem chamando de $1 + 1$, e sim, um movimento conectivo complexo que produz sinergia e que se reflete na ideia do 1 com 1. No paradigma cartesiano da sociedade moderna, o coletivo pode significar o somatório das partes, o que não dilui o 1 na ação aditiva e permanece focado na parte. Coletivo conjunto é para reforçar a perspectiva do 1 com 1, a ideia da relação, que sem desconsiderar as partes volta-se para a interação, para a conexão. Nisso, pela sinergia gerada por uma ação conjunta, produzimos uma força sobressalente para nos colocarmos na resistência e, atuando na correlação de forças, contribuirmos na geração da situação resultante de uma realidade transformada.

A Rede vivenciada como um espaço participativo pela articulação política pode gerar um movimento coletivo conjunto que, no exercício da cidadania coletiva como uma práxis, constitui-se também em um ambiente educativo.

Mas como já destacamos a Rede para potencializar suas possibilidades de ser um espaço que se volta para o novo, ela deve superar (ir a além) sua vertente virtual, sem também deixar de reconhecer os vários aspectos positivos da facilidade e velocidade da comunicação virtual, entre outros. Porém os momentos presenciais em uma Rede são fundamentais para a intensificação da vivência do 1 com 1, da construção de sólidas relações o que potencializa a concretização de ações coletivas e que virtualmente podem ficar restritas a ideia do 1 + 1, cada um em sua casa, atrás do seu computador. Caracteriza-se assim um nível de relação superficial, em que, mediando as relações humanas, se interpõe uma máquina que reduz as possibilidades das interações humanas em suas complexidades. A escrita de um e-mail comunica uma mensagem, que devido ao meio, carece de complementação, o que muitas vezes gera distorções e mal entendidos. A comunicação na relação pessoal direta se faz por meio de múltiplas interfaces, quando falamos à entonação, ou o silêncio, complementa o sentido, a expressão de um olhar, os gestos, os sentimentos presentes podem dizer muito. Ou seja, estabelecemos uma complexidade nessa relação direta e presencial que consolida uma vivência plena em seu sentido mais humano. Segundo Boff (1999) “Construímos o mundo a partir de laços afetivos. Esses laços tornam as pessoas e as situações preciosas, portadoras de valor.”, e o humano se dá no seu sentido mais pleno, na relação presencial do 1 com 1.

O virtual e o presencial para uma visão educativa se complementam e enriquecem o processo. Um isolado do outro gera pouca força para se contrapor a esse mundo globalizado, que se impõe pela força da técnica e subjuga o humano. Buscarmos a complementaridade do virtual e presencial no processo educativo é também vivenciarmos privilegiando o humano sobre a técnica, é não dicotomizarmos o presencial do virtual, o que nos coloca numa prática que se contrapõe ao que está estabelecido pela realidade disjuntiva.

Os diversos princípios constituintes de uma Rede, como a conectividade, horizontalidade, diversidade, multiliderança, participação solidária, são valores que não são hegemônicos da racionalidade do mundo moderno. Podermos vivenciá-los em um processo formativo é realizarmos a práxis de ruptura da armadilha paradigmática, que nos coloca em um movimento coletivo conjunto de embate, resistência e construção de um outro referencial capaz de contribuir com a transformação da realidade socioambiental.

Viver a conectividade de uma Rede é manifestar uma intencionalidade comum que se volta para a relação e cria um campo interconectivo gerador de sinergia, que se traduz em uma força total resultante que é maior do que a soma das partes.

A horizontalidade consiste numa forma de viver superando hierarquias de relações de dominação e exploração tão fortemente estabelecidas em nossa sociedade entre indivíduos, classes sociais e entre Ser Humano e Natureza. Hierarquia essa que se caracteriza por relações simplistas e reduzidas, pois é unidirecional e estabelecida em relações de dominação de um sobre o outro. Vivenciar um ambiente em que se permita a consolidação de relações dialógicas que se contraponem às relações unidirecionais estruturantes da nossa realidade atual, assim como estabelecer um nível de igualdade entre as partes, é permitirmos a realização de práticas diferenciadas, objetivos de uma proposta crítica de Educação.

A realização do princípio da multiliderança que além do exercício da liderança para se contrapor a algo dominante, tem também a vivência de liderança não hierarquizada, aberta ao outro e ao diferente, assim como ao compartilhamento solidário; isso é extremamente educativo.

A Rede, como um espaço plural que se realiza aberto à diversidade, se constitui na contra corrente da característica homogeneizadora e unidirecional da sociedade moderna, que a tudo quer formatar em seu “caminho único”, que busca a ordem pela exclusão do que diverge. Possibilitar que a diversidade surja é criar uma brecha nesta estrutura monolítica, é tornar a realidade grávida de possibilidades. Isso é constituir um ambiente fértil para que o novo surja, como se espera de um ambiente educativo constituído por e constituinte de uma Educação Ambiental em seu caráter crítico.

Militamos na vertente de uma Educação Ambiental crítica que se propõe a contribuir no processo de transformação da realidade socioambiental, como forma de enfrentamento da grave crise que se apresenta. Acreditamos que a construção de uma sociedade sustentável passa pela desconstrução do paradigma da disjunção do 1 + 1, para a construção do 1 com 1, em uma abordagem relacional que percebe a complexidade da realidade socioambiental e atua sobre ela. As Redes apresentam-se como um novo campo de atuação da sociedade organizada, que, assumida no seu caráter inovador, pode e deve se constituir num ambiente de formação propício a essa perspectiva educacional.

O Educador Ambiental no movimento instituinte da Educação Ambiental Crítica

A Educação Ambiental (EA) é percebida como uma das principais formas de enfrentar a crise socioambiental de nossos dias. Porém, o educador ambiental, em seu cotidiano, convive com o embate entre reprodução dos valores e visões de mundo hegemônicas refletidas em práticas pedagógicas tradicionais (conservadoras) vistas como EA, versus as iniciativas de educadores que se colocam em movimento de resistência contra-hegemônico de inserir a EA no cotidiano escolar.

As escolas, compreendidas como um ambiente educativo que se estabelece pelas suas relações internas e externas, possuem suas próprias limitações e não estão isentas de desafios. Um deles é a sensação de isolamento por aqueles que se colocam predispostos a fazer diferente, a buscar outras formas de um fazer pedagógico que não fique circunscrito a uma acomodação de um tradicionalismo que ainda predomina no cotidiano escolar. A formação de uma Rede entre esses educadores de diferentes unidades escolares pode ser concebida e assumida como um padrão de organização que busca superar esses possíveis obstáculos, principalmente o de romper com a sensação de isolamento dos que abraçaram o compromisso. Estar inserido nessa trama de relações pode enriquecer ainda mais a práxis destes participantes quando dada pela vivência no ambiente de rede.

Acreditamos que a criação e a participação em Redes de Educação Ambiental por esses educadores de práticas diferenciadas que resistem, minorias ativas no cotidiano escolar, é uma estratégia a ser utilizada com grandes potencialidades políticas e educativas, pois permite romper o isolamento desses educadores em seus espaços educativos, tornando-os partícipes e conscientes de um “movimento coletivo conjunto”. Propicia uma maior interconexão da realidade local contextualizada em uma perspectiva mais ampla. E possibilita vivenciar um ambiente educativo para sua contínua formação, desde que vivenciada a Rede sobre diferentes paradigmas constitutivos de uma organização social, como defendemos anteriormente.

Portanto, as redes de educadores ambientais podem se constituir como estratégia de resistência contra hegemônica para a efetivação de uma Educação Ambiental Crítica; assim como também um ambiente educativo que permita, na convivência, o exercício de cidadania em uma organização social sustentado por outros referenciais paradigmáticos.

Ao estabelecerem essas novas relações, que são construídas coletivamente, e por meio do fortalecimento dessa rede, com maior comprometimento, torna-se mais fácil enfrentar os fatores que causam obstáculo no processo. Contudo, a apropriação consciente desse padrão precisa ser percebida para que, posteriormente, propicie que a rede desponte como uma forma de organização coletiva, que surge como uma nova proposta de relação e prática social.

Tal iniciativa de educadores comprometidos substancia-se numa intencionalidade educativa comunicativa, que se manifesta nessa busca de relação de 1 com 1, estabelecida em uma vivência diferenciada, que fortalece os educadores por não se perceberem isolados e dando visibilidade a emergência dos movimentos contra hegemônicos que insurgem em diferentes situações, em diferentes escolas e ambientes educativos.

Por fim, acreditamos que esses movimentos, quando assumidos politicamente e constituídos como uma força que une diferentes iniciativas com o objetivo de consolidar a educação ambiental na realidade educacional, podem se configurar como movimentos instituintes da perspectiva crítica na escola e reciprocamente na sociedade. Essa é uma possibilidade formativa que vem sendo pesquisada em nosso grupo.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do Humano –Compaixão pela Terra**. Petrópolis, Vozes, 1999.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha Paradigmática na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo, Cortez Editora, 2006a.

_____. **Os Caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação**. Campinas, Papirus Editora, 2006b.

_____. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas, Papirus Editora, 2004.

LOPES, Sonia Aguiar. A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/ Ibict –ECO-UFRJ, 1996. 2 vol. 400 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

SOUZA, Arlete Pereira. (org.) **PTAT: Dinamizando a Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro, Petrobras, 2006.